

COMANDO DO 5 GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

Estudo Técnico Preliminar 12/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 65400.002445/2026-12

2. Descrição da necessidade

2.1 Considerando a importância da Sala de Briefing como espaço central para a realização de reuniões estratégicas, coordenações de alto nível e planejamentos operacionais, torna-se imprescindível a reforma desta instalação. As atuais limitações da infraestrutura elétrica e tecnológica não atendem plenamente à diversidade de demandas da Organização Militar, que exige um ambiente versátil, integrado e compatível com as ferramentas de comunicação contemporâneas, essenciais para a celeridade e eficácia dos processos decisórios.

A modernização dos sistemas de distribuição de energia elétrica e a readequação da infraestrutura de cabeamento estruturado permitirão a criação de um ambiente multifuncional, preparado para o emprego de tecnologias atualizadas e para a condução de atividades que demandem alta confiabilidade técnica e segurança da informação. Tal intervenção proporcionará melhores condições de trabalho, ergonomia e estabilidade operacional aos militares envolvidos nas diversas missões institucionais da Unidade.

Além disso, a reforma atende a uma necessidade estratégica de modernização institucional, alinhada às diretrizes de eficiência e racionalização do emprego de meios. A adequação às normas técnicas vigentes garantirá segurança, confiabilidade e melhor desempenho das atividades operacionais e administrativas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção Técnica	Victor Souza Pontes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação**Padrões mínimos de qualidade**

4.1 Os serviços deverão atender às normas técnicas vigentes (ABNT), normas militares aplicáveis e boas práticas de engenharia, conforme especificações do Termo de Referência.

4.2 Trata-se de serviço de engenharia não contínuo, com prazo determinado, encerrando-se com a entrega definitiva do objeto.

4.3 Serão adotadas práticas sustentáveis, tais como:

- 4.3.1 Uso de iluminação em LED de alta eficiência;
- 4.3.1 Racionalização do consumo de energia elétrica;
- 4.3.2 Destinação adequada de resíduos da construção civil;
- 4.3.3 Utilização de materiais com menor impacto ambiental.

Transição contratual

4.4 Não há necessidade de transição contratual.

5. Levantamento de Mercado

5.1 O levantamento de mercado foi realizado com base em contratações similares na Administração Pública e em referências técnicas da área de engenharia.

5.2 Verificou-se que há diversas empresas aptas a executar o objeto, não havendo restrição à competitividade. As exigências de qualificação técnica serão compatíveis com o objeto, conforme legislação vigente.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução consiste na contratação de empresa para execução de serviços de engenharia voltados à reforma da Sala de Briefing, contemplando:

- 6.1.1 Adequação da infraestrutura elétrica;
- 6.1.2 Implantação de cabeamento estruturado;
- 6.1.3 Instalação de pontos de energia e dados;
- 6.1.4 Adequações físicas necessárias ao ambiente;
- 6.1.5 Acabamentos e ajustes complementares.

6.2 Os serviços deverão seguir rigorosamente os projetos e especificações técnicas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 As quantidades foram estimadas com base em levantamento técnico prévio, considerando as necessidades específicas da Sala de Briefing e parâmetros de projetos similares.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 98.023,28

8.1 A estimativa do orçamento foi realizada conforme o Decreto nº 7.983. Dessa forma, o orçamento foi elaborado com as bases de dados do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO), Empresa Municipal de Obras Públicas (EMOP) e Sistema de Custos de Obras (SCO), utilizando como ferramenta auxiliar o sistema ORÇAFASCIO, software adotado pela Diretoria de Obras Militares para orçamentação de obras militares.

8.2 Quando os materiais dos bancos oficiais não se adequam em plenitude às características do objeto ou quando as composições de serviço estão desatualizadas, ocorre a adaptação do banco oficial, sempre mantendo os coeficientes e produtividade originais. Nesse caso, quando a composição está desatualizada e os insumos permanecem continuados, utiliza-se aquela com os custos atualizados para o mês de referência.

8.3 Nos casos em que o insumo de material do banco oficial não atende plenamente ao objeto, ele é substituído por outro insumo regional que atenda ao objeto, seguindo o disposto no Art. 6º do Decreto 7.983. O mesmo ocorre para as composições de serviços necessárias que ainda não existem no SINAPI/SICRO.

Art. 6º: “tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado”.

8.4 Em suma, utilizam-se as seguintes abordagens para obter preços de referência de itens ou composições não presentes nos bancos oficiais:

Outros bancos públicos estaduais reconhecidos, tais como: ORSE (SE), SEDOP (PA), SEINFRA (CE), SETOP (MG), IOPES (ES), SIURB (SP), SUDECAP (MG), CPOS (SP), FDE (SP), AGESUL (MG), AGETOP (GO), CAEMA (MA), EMBASA (BA) e CAERN (RN).

1. Consulta ao Informativo SBC, que realiza uma ampla pesquisa de preços regionalizada e atualiza os valores de insumos e de composições mensalmente; e

2. Pesquisa de mercado com fornecedores, conforme as recomendações da Instrução Normativa nº 73⁽¹⁰⁾. As solicitações de cotação são arquivadas no órgão e é dada publicidade dos valores por meio do Apêndice C – Mapa de Cotações, no qual o custo de referência da Administração é obtido pela média destes valores.

8.5 Em todos os casos são mantidos os índices do banco utilizado. Entretanto, adequam-se as composições de mão de obra, substituindo-as pelas discriminadas no SINAPI, mantendo, assim, a uniformidade e garantias dos tributos e encargos incidentes sobre cada profissional. O mesmo ocorre para os insumos de equipamentos e materiais que estão presentes no banco oficial. Ou seja, são adotados o menor número de itens possível fora dos bancos oficiais e, independentemente da causa, essas alterações são registradas e apresentadas nas Composições de Custo Unitárias do Anexo – Orçamento, dando publicidade a todos.

8.6 Desta forma, há o orçamento de referência da Administração, composto por:

- Orçamento Sintético;
- Orçamento Resumido;
- Memória de Cálculo;
- Sintético com Valor da Mão de Obra Material;
- Composições com Preço Unitário;
- Cronograma;
- Curva ABC de Insumos;
- Curva ABC de Serviços; e
- Prazo de Obra.

8.7 Além do custo direto há o respectivo cálculo de Bonificação de Despesas Indiretas (BDI) – Anexo IV, conforme Súmula TCU nº 258. A metodologia adotada fundamenta-se no Acórdão TCU nº 2.622, que possui o objetivo de definir faixas aceitáveis para valores de taxas de BDI específicas para cada tipo de obra pública e para aquisição de materiais e equipamentos relevantes.

8.8 Quanto a definição da parcela referente ao imposto de CPRB, há comparação de duas versões de orçamento:

- planilha de orçamento baseada nas planilhas SINAPI que considera a mão de obra desonerada com incidência do CPRB no BDI; e
- planilha de orçamento baseada nas planilhas SINAPI que considera mão de obra não desonerada e sem incidência do CPRB no BDI.

8.9 Tendo em vista que as empresas do setor da construção civil enquadradas pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE IBGE nos grupos a seguir estão autorizadas a utilizar o regime de desoneração tributária (Lei 12.546 e 13.202):

- 412 – Construção de Edifícios;
- 432 – Instalações Elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções;
- 433 – Obras de Acabamento; e
- 434 – Outros serviços especializados para a construção.

8.10 A versão adotada na referência é a que resultou em um valor unitário menor. Ainda, considera-se que para a base de cálculo do ISS o montante da receita bruta não deve incluir o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços, deduzido o valor referente às subempreitadas já tributadas pelo imposto, quando a legislação municipal assim definir.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O objeto não será parcelado, pois os serviços são interdependentes e sua divisão pode comprometer a execução, aumentar custos e dificultar a fiscalização.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há contratações correlatas identificadas no momento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 No quesito obras e serviços de engenharia, o Exército possui dois planos anuais de contratação:

- em nível estratégico, o Plano de Descentralização de Recursos para Atividades de Engenharia (PDRA Eng), elaborado pelo Estado Maior do Exército (EME); e
- em nível local, no âmbito dos Comandos Militares de Área, a consolidação das Fichas Modelo 18 em Fichas Modelo 20, de responsabilidade dos Grupamentos de Engenharia.

11.2 Esse planejamento permite que as Comissões Regionais de Obra elaborem e/ou contratem projetos de arquitetura/engenharia e as demais documentações técnicas.

11.3 A presente contratação está amparada no planejamento da Ficha Modelo 20, que é de responsabilidade da 1ª Região Militar. Os recursos estão programados para serem descentralizados na ação orçamentária 219D.

11.4 A contratação está alinhada com o planejamento da Unidade, visando à modernização da infraestrutura e melhoria das condições operacionais.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Resultados pretendidos

12.1 Melhoria da infraestrutura tecnológica;

12.1.1 Aumento da eficiência nas atividades operacionais;

12.1.2 Maior confiabilidade dos sistemas elétricos e de dados;

12.1.3 Melhor ambiente de trabalho;

12.1.4 Apoio qualificado à tomada de decisão.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não há necessidade de providências adicionais, considerando que a Unidade possui estrutura para condução do processo e fiscalização do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Os impactos ambientais serão mínimos e mitigados por meio de boas práticas, como destinação adequada de resíduos e uso racional de recursos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 A contratação é viável, pois os serviços são comuns no mercado, existem empresas capacitadas para sua execução e o objeto está devidamente definido em termos técnicos.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VITOR SOUZA PONTES

Membro da Equipe de Planejamento Contratação